

Os números das urnas dão margem para premissas irrefutáveis, na opinião do professor do Departamento de Ciências Políticas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. A eles: 1) o número de votos válidos e de eleitores cresceu, se comparado ao das duas últimas eleições; 2) os votos despejados nas legendas, por si uma manifestação interessante, revelam um equilíbrio

saudável entre quatro grandes partidos – PT, PSDB, PMDB e PFL; 3) a quantidade de votos nulos e brancos é maior para prefeito do que para vereador. “Se comparada com a conjuntura internacional, a participação do brasileiro nas eleições é muito alta”, avalia Speck. “Temos a consolidação do sistema partidário”. Quando a análise migra para o campo, Speck recorre à geopolítica e aos fatos. O pesquisador sugere que se

olhe para a crise que fustiga alguns países fronteiriços, entre os quais Argentina, Colômbia e Venezuela. Lembra, nesse contexto, que as pesquisas internacionais sempre colocam o Brasil na rabeira dos indicadores. Na prática, porém, ocorre fenômeno inverso. “É notável, nesse cenário, a aceitação do voto como um caminho para resolver conflitos de disputa de poder”. (Álvaro Kassab)

Fotos: Antoninho Perri



O professor e cientista político Bruno Speck: “A aceitação do voto é notável”

xiste um segundo grupo intermediário de partidos menores que pode se qualificar, subindo ou não. Temos também um último grupo de partidos, 17, cuja presença não chega a ser um problema, já que, com ou sem eles, o sistema partidário funciona e se agrupa relativamente bem. Vejo isso também como um fator positivo.

JU – O senhor acha então que o eleitor está bem-representado nesse amplo espectro político?

Bruno Speck – Sim. É preciso balancear representatividade e governabilidade. O sistema partidário brasileiro, no caminho em que está, dá conta dos dois desafios. Dá margem para que realmente todos os grupos sejam representados e, por outro lado, garante a governabilidade. Há claramente uma cristalização em torno de alguns jogadores-chaves. Acho interessante que isso não existe apenas nas eleições nacionais, mas também nas eleições municipais.

JU – A maioria dos analistas aponta que, nas últimas eleições, emergiu a polarização PSDB-PT. O senhor concorda?

Bruno Speck – Acho que é reduzir muito. Olhando os números, constatamos, como já disse, que temos grandes partidos, além de poder surgir um quinto, que sairia da provável fusão entre o PPS e o PDT.

JU – O senso comum diz que o político brasileiro tem uma queda para a dobradinha fisiologismo/clientelismo. Essas eleições enfraqueceram essa tese?

Bruno Speck – Primeiro, você tem a ideologia e, depois, a máquina partidária. Em relação à máquina partidária, acho que ela está crescendo nesses quatro partidos maiores e está se consolidando nacionalmente. Nesse âmbito é quase natural que esse partido não tenha apenas pro-

messa, programa e perfil ideológico, mas que seja também um veículo para conquistar o poder. É quase natural esse lado mais prosaico e pragmático da política. Partidos que apelam ao mesmo extrato social, como é o caso dos quatro grandes, com um pouco de variação, tentam se apresentar como elegíveis para qualquer brasileiro. Perdem naturalmente seu perfil ideológico.

JU – Por quê?

Bruno Speck – Eles ganham chances de serem eleitos, mas perdem o perfil ideológico, o que deixa descontente o eleitor mais engajado politicamente, seja de esquerda ou de direita. Isso não ocorre só no Brasil, mas no mundo todo. De fato, passa a idéia de que é quase uma coisa só, e os jornalistas insistem muito nessa tese, mas por outro lado tornam os problemas políticos do dia-a-dia mais manejáveis de uma forma muito prática. Passa a existir concretamente a possibilidade de discutir novas políticas. O “fazer política” passa a ser mais fácil, com muito menos restrição ideológica. Você pode ter um programa de renda mínima, por exemplo, apoiado até pelo PFL. Não existe mais aquela visão fechada que contradiga a idéia do Estado mínimo, que talvez seja uma idéia importante para o PFL.

JU – O senhor acredita que essas eleições antecipam de uma certa maneira as presidenciais de 2006?

Bruno Speck – Sim, mas não de apresentar tendências a favor ou contra. Acho que sim no que diz respeito ao ponto de partida, já que vamos começar as eleições com quatro partidos muito fortes. Independente de quem seja o candidato, acho muito difícil nós voltarmos para uma situação de 15 anos atrás, como na eleição

de Collor, quando um outsider que veio do nada e de um partido nanico fez grande sucesso. Acho que a consolidação das máquinas partidárias e esse agrupamento em torno de partidos fortes são o ponto de partida. Acredito que os quatro partidos terão candidatos próprios. O PMDB continuará sendo, na minha opinião, um forte jogador nesse cenário.

JU – A que o senhor atribui a derrota do PT na maioria dos Estados do Sul e Sudeste?

Bruno Speck – Se você olha para o resultado eleitoral, a discrepância é muito grande; se você olha para os votos, a diferença é pequena. O PT não foi arrasado em nenhum dos casos. Há uma perda significativa se você somar a população governada antes e depois pelo PT. Por outro lado, o eleitorado decidiu contra, mas não mudou tanto de uma eleição para outra.

JU – Acrítica mais comum é de que o PT, ao fazer alianças, se descaracterizou. O senhor concorda com essa tese?

Bruno Speck – O PT precisa, para tornar-se um partido elegível, fazer alianças. E acaba perdendo numa faixa de espectro ideológico que não tem muitas alternativas. Não houve, por exemplo, um crescimento do PSTU ou do PCO. Não há um grande crescimento dessas legendas para sustentar o argumento de que esses eleitores deixaram de votar no PT e optaram por outras alternativas.

JU – A desideologização é um caminho sem volta?

Bruno Speck – Exatamente. Há um ponto de partida, que é o centro. A partir daí, o partido opta e dá um perfil ideológico à sua campanha para atrair um eleitorado mais específico. Mas esse é um fenômeno universal.

“Há um ponto de partida, que é o centro”

Pesquisa revela vocação democrática de alunos da Unicamp



Robert Bonifácio da Silva (à esq.) e Heraldo Bello da Silva Júnior: levantamento inédito

O aluno da Unicamp acredita na democracia. Foi o que revelou pesquisa feita com 400 estudantes de graduação da Universidade. O levantamento, cujo objetivo foi mensurar a percepção dos jovens sobre corrupção nas eleições, contemplou, por amostragem, as três grandes áreas de conhecimento da Universidade – Biológicas, Exatas e Humanas. Coordenada pelo professor Bruno Speck, a pesquisa teve perguntas formuladas e aplicadas pelos alunos Ana Lúcia Lenner, Heraldo Bello da Silva Júnior e Robert Bonifácio da Silva, todos do curso de Ciências Sociais. A margem de erro é de 5%.

A idéia do trabalho, de acordo com os autores, surgiu no final do ano passado, durante as aulas que Speck ministrava sobre corrupção nos sistemas políticos contemporâneos. O levantamento consumiu praticamente todo o ano letivo dos três estudantes: seis meses para elaborar o questionário com 17 perguntas, 30 dias para aplicá-lo e outros 60 para analisar os resultados. A escolha do tema não foi aleatória. “Oplamos pelas eleições porque, de uma forma ou de outra, todos os estudantes da Unicamp vivenciaram ou vivenciarão a experiência”, diz Heraldo Bello, aluno do quarto ano de Ciências Sociais.

Números – A vocação democrática do conjunto dos alunos da Unicamp pode ser atestada no cruzamento de duas respostas. Na primeira, indagados sobre o tipo de

governo em que a corrupção tem mais penetração, 49,8% dos estudantes responderam que seria naquele com menos participação popular, enquanto apenas 5,8% acreditam no contrário – a de que o terreno fértil para a malversação é aquele em que a população participa. A segunda resposta diz respeito a um período recente da história. Nada menos que 68,9% rejeitaram a hipótese de que, durante o regime militar, havia menos corrupção que hoje. “As cruzarmos os dados das duas perguntas, constatamos que 75,4% responderam a mesma coisa. Mais que uma relação estatisticamente significativa, isso revela a postura democrática do aluno da Unicamp”, afirma Robert Bonifácio da Silva, que cursa o terceiro ano de Ciências Sociais.

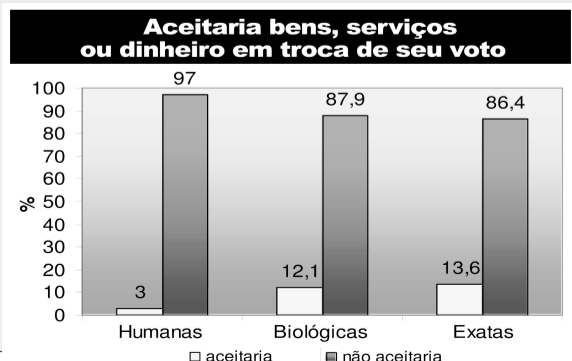
O aluno da área de Humanas mostrou-se o mais firme no propósito de rejeitar quaisquer ofertas de barganha de voto: apenas 3% aceitariam dinheiro, serviços ou bens oferecidos por políticos. O índice é inferior ao registrado nas áreas de Exatas (13,6%) e Biológicas (12,1%). Na média, apenas 35 (8,8%) dos 400 entrevistados se renderiam ao clientelismo. “Comparado com pesquisas recentes, o índice é considerado baixo”, argumenta Robert. Segundo o estudante, levantamento nacional feito pelo Ibope em 2001 revelou que 13,9% dos entrevistados trocariam seu voto por benefícios. Outra pesquisa, esta coordenada pelo professor Bruno Speck,

revelou que 19% dos campineiros corromperiam suas convicções em troca de favores. Um dado pode servir de alerta aos políticos corruptos: dos 34 universitários que afirmaram que venderiam seu voto, apenas um cravaria nas urnas o nome de quem lhe fez oferta.

Embora os entrevistados rejeitem enfaticamente a corrupção, a maioria não acredita nos órgãos e instituições responsáveis pelo zelo dos recursos públicos, entre os quais a polícia, a imprensa, o Ministério Público, a Justiça Eleitoral e os próprios partidos políticos. Nesse quesito, a imprensa saiu-se melhor, embora o resultado final não seja dos mais animadores: apenas 29,8% dos entrevistados acreditam que os jornalistas “contribuem muito” na fiscalização da coisa pública. Esse ceticismo talvez explique o baixo interesse dos estudantes pela atuação de seus representantes. Nada menos que 40,8% dos entrevistados afirmaram, para surpresa dos organizadores da pesquisa, que não buscam informação sobre política em nenhum dia da semana. “O senso comum indicava o contrário, já que o público alvo era universitário”, afirma Robert.

Os alunos responsáveis pela pesquisa pretendem agora estender o questionário para outras universidades. “Já temos, inclusive, um banco de dados on-line no qual as perguntas podem ser respondidas eletronicamente. Com isso, conseguiremos fazer uma avaliação comparativa”, revela Heraldo Bello. De acordo com Robert Bonifácio,

o ineditismo do levantamento facilitará sua penetração em outras instituições. “A maioria das pesquisas que analisam a influência de atos de corrupção estão relacionadas ao aspecto econômico. O diferencial do nosso levantamento está na perspectiva dessa análise ser feita na esfera política. Não temos notícia de que já tenha sido elaborado levantamento dessa magnitude em outras universidades”. (A.K.)



Regime de governo em que a corrupção é mais fácil de se praticar

Regime de governo	Percentual válido
Válidos	,2
Forma de governo atual	20,2
Forma de governo com mais participação popular	5,7
Forma de governo com menos participação popular	49,6
Não Sei/Não Respondeu	24,2
Total	100,0